

Brasil METAL



INTERNACIONAL

Ano I Nº 368
20 de Maio de 2010

Índice

Brasil: 2,15 milhões de metalúrgicos	01
Emprego no setor metalúrgico cresce 60% no Governo Lula	02
Paraguai: Conflito em Acepar se intensifica	03
Um acordo justo para os mexicanos	03
Plataforma da CUT para as eleições 2010	04
Acordo Brasil-Irã resolve o impasse nuclear?	05
Calá a Boca, MacShane!	06

Brasil: 2,15 milhões de metalúrgicos

Estudo da CNM/CUT revela: em maio, setor metalúrgico retoma melhor marca dos últimos 20 anos

A previsão foi feita pelo presidente da **Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, Carlos Grana**, durante divulgação do estudo "Indústria Metalúrgica - Uma Década de Mudança", na manhã de quarta-feira, dia 19, na sede da entidade.



Ainda neste mês de maio a indústria metalúrgica deve retomar o pico do nível de emprego de 2008 e alcançar a melhor marca dos últimos 20 anos. Falta apenas a criação de 12 mil postos de trabalho para que se chegue aos 2,162 milhões de vagas registrados em outubro de 2008.

Os dados elaborados pelo **Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese)** mostram que o setor metalúrgico passou por uma importante expansão na última década, registrando crescimento entre 8,7% (metalurgia básica, um dos setores que mais sofreu com a crise, com forte impacto no setor siderúrgico) e 145,7% (máquinas para escritório equipamentos de informática). Tudo isso depois de amargar um retrocesso na década de 1990. O número de postos de trabalho saltou de 1,276 milhão em 2000 para 2,15 milhões em abril de 2010.

Segundo Grana, "o déficit de vagas do setor metalúrgico do Grande ABC, agora em 12 mil, deve estar normalizado até agosto por conta do anúncio de contratações em todas as montadoras".

Grana destacou a importância dos acordos promovidos pela CNM/CUT, que resultaram numa média nacional de 14,21% de aumento real em 2009, além da reposição da inflação. Ele admitiu que a média salarial praticada no Brasil é muito desigual, daí à campanha permanente da CNM "Se o preço é nacional, queremos salário igual". Os dados e a análise feita pelo Dieese estão disponíveis para download no fim desta matéria. >>>

>>> Brasil: 2,15 milhões de metalúrgicos

PLR

Uma boa notícia para o Grande ABC é a injeção de R\$ 200 milhões na economia local por conta do pagamento da primeira de duas parcelas de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), a ser efetuado no mês de junho. "É mais um incentivo à região, pois aumenta o consumo e conseqüentemente, a produção. Isso representa geração de emprego no setor de serviços, comércio e até mesmo na indústria", explicou.

Jornada de 40 Horas

Como o crescimento da economia está sendo sustentável em todos os setores, Grana afirma que se intensifica a luta pela votação no Congresso Nacional da redução da jornada de trabalho semanal de 44 horas para 40 horas semanais em todo o País.

Organização Sindical

O secretário de Relações Internacionais da CNM/CUT, **Valter Sanches**, destacou a importância de se intensificar a organização sindical nas fábricas. "Como se pode falar em processo democrático sem essa organização?", questionou. Mas ele observou que algumas multinacionais já começaram a adotar no Brasil o procedimento que têm com os trabalhadores de suas matrizes, sediadas na Europa, com mais tolerância nas negociações. "Na Alemanha, por exemplo, existe cogestão nas empresas. O trabalhador pode interferir. É por essa realidade que lutamos também", afirmou.

Ano Eleitoral

Sobre o comportamento do movimento sindical no ano eleitoral, Grana garantiu que nada muda a batalha por mais acordos e melhores acordos de PLR. "Vai prosseguir a política dos sindicatos de negociar a melhoria do piso salarial, que tem efeito no conjunto dos salários por conta da política de cargos e salários das empresas", disse. Também continua a briga por reposição da inflação e aumento real.

Sanches lembrou que anos eleitorais são favoráveis à economia e ao emprego por conta, no caso das eleições municipais, da renovação das frotas de ônibus e, nas estaduais, pela aceleração de investimentos em vários setores.

Imprensa CNM/CUT

Documentos anexos:

» **Indústria metalúrgica - uma década de mudança**

» **Dados da Indústria Metalúrgica no Brasil**

Emprego no setor metalúrgico cresce 60% no Governo Lula

O levantamento revela que a metalurgia ocupa hoje 2,1 milhões de pessoas. E que, de 2002 a abril de 2010, a expansão do emprego foi de 60%. A manter-se o ritmo atual, prevê o Dieese, o recorde registrado no biênio de 1987-1988 será batido ao longo do próximo ano.

A situação só não é melhor por causa da crise econômica internacional que afetou o Brasil a partir de setembro de 2008 e até o fim do primeiro semestre do ano passado. Durante o Governo Lula, o mercado de trabalho no setor vinha se expandindo mensalmente, mas, entre outubro de 2008 e julho de 2009, se retraiu fortemente.

O **presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Carlos Grana**, acusa os empresários de aproveitarem a crise para demitir trabalhadores mais antigos, aumentando a rotatividade e recontratando a valores mais baixos.

"Houve um exagero. E seria um caos se tivéssemos entrado na onda de alguns empresários que, em janeiro de 2009, queriam reduzir jornada e salário".

Os cortes não foram maiores, na avaliação de Grana, porque o Governo Lula reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e criou ou dinamizou linhas de crédito do BNDES. (*Brasília Confidencial*, 19.05.2010)

Paraguai: Conflito em Acepar se intensifica

A organização sindical dos trabalhadores em Acepar, onde os trabalhadores estão em greve desde 23 de abril, denunciou o emprego pela empresa de intimidação e violência contra o sindicato, o recrutamento ilegal de pessoal para substituir trabalhadores em greve e a detenção de Hugo Gonzalez Chirico.

O sindicato (**Sindicato de Trabajadores de Acepar - Sitrac**) afirma que os trabalhadores em greve aumentaram a sua determinação de luta como consequência da violenta repressão pelas forças de segurança e denuncia a decisão da empresa de recrutar pessoal para substituir os trabalhadores em greve. Ao mesmo tempo, o governo ordenou a prisão dos líderes sindicais Hugo González Chirico, Hugo Cardoso, Mariano Velásquez e Daniel Ibarrolla sob a acusação de perturbar a paz.

"Chirico", secretário-geral da Sitrac foi preso na segunda-feira 10 de maio, quando convocado pelo Ministério Público, em Villa Hayes. Após seis horas de declarações, ele foi preso pela polícia judicial. Na terça-feira, 11 de maio González Chirico foi levado a tribunal, onde ele fez uma nova declaração para o juiz Miguel Tadeo Fernández. O juiz ordenou a sua libertação com a condição de que ele se afaste Acepar (...).

Trabalhadores reagiram insistindo na defesa mais vigorosa de seus direitos trabalhistas e na continuidade da luta, na busca de suas reivindicações pelo respeito da empresa ao acordo coletivo, reintegração de quatro dirigentes sindicais demitidos e o fim da perseguição aos sindicatos. Os 811 trabalhadores em greve afirmaram em várias ocasiões que não voltarão a trabalhar até que os acionistas na Acepar concordem com suas exigências.

Desde então, tem havido uma série de disputas com os acionistas majoritários (a empresa está agora nas mãos dos proprietários da Argentina), que querem tirar dos trabalhadores de sua participação. Perseguição, violação de direitos trabalhistas e até mesmo tortura psicológica de membros do Sitrac e da COOTRAPAR aumentaram de nos últimos tempos.

Mais de dez trabalhadores foram demitidos, mais de 110 transferidos para outros locais de trabalho, cinco trabalhadores foram suspensos sem pagamento por alegados delitos, mais de cinco trabalhadores com direitos de pensão foram exonerados de suas funções, e tem havido uma sucessão de ameaças e tortura psicológica contra os sindicalistas.

A disputa se tornou ainda mais acirrada com a deterioração das condições de trabalho e segurança e a empresa não cumpriu com o acordo coletivo de 1995. (*Valeska Solis*) (*FIITIM*, 17.05.2010)

Um acordo justo para os mexicanos

Por Richard Trumka - presidente da AFL CIO

(...) Quando o presidente Calderón se reunir com o presidente Obama e participar de uma sessão conjunta do Congresso nesta semana, é improvável que alguém lhe pergunte sobre os direitos humanos dos mineiros que seu governo tem perseguido. Ele não se colocou diante do Congresso para explicar porque a polícia atirou e matou dois mineiros grevistas e feriu mais de 100 outros. Ele não tem que explicar porque o governo perseguiu e exilou o líder do sindicato dos mineiros, Napoleon Gomez, apesar das muitas decisões a seu favor emitidas pelo tribunal mexicano. Nem ninguém perguntou pelos 44,000 membros do sindicato dos trabalhadores elétricos que foram sumariamente demitidos em outubro passado.

(...) O presidente Obama e o Congresso devem fazer dos temas dos direitos humanos e do trabalho parte internacional do nosso diálogo com o México, assim como todas as outras nações com as quais temos relações diplomáticas e econômicas. Os dirigentes mexicanos têm o direito de criticar o racismo mal velado na nova legislação anti-imigrantes no Arizona e pedir aos Estados Unidos para fazer mais para reduzir a demanda de drogas e deter o fluxo de armas para os cartéis mexicanos. Nosso país também tem que fazer um apelo ao presidente Calderón para que respeite os direitos dos trabalhadores, incluindo a liberdade de formar sindicatos e ganhar salários que mantenham sua família.

Os 80.000 homens e mulheres trabalhadores no México que chamam seu sindicato "Los Mineros" estão tomando uma atitude corajosa contra a maior empresa mineradora, o Grupo México. Eles estão exigindo que a empresa respeite o seu direito de associação e garanta minas mais seguras e salários suficientes para manter uma família. (...) Os trabalhadores das minas estão em greve para protestar contra condições inseguras de trabalho a quase três anos. (...) Mas em fevereiro, os tribunais, sem receber as evidências dos trabalhadores autorizou o Grupo México a demitir trabalhadores em greve, e o governo Calderón ameaçou enviar o Exército para expulsá-los.

(...) A visita do presidente mexicano, Felipe Calderón nesta semana também poderia ser um marco importante. (...) Calderón deve terminar o exílio do líder dos mineiros, perseguir aqueles que atacaram e mataram mineiros e exigir que o Grupo México cumpra normas internacionais do trabalho e segurança no local de trabalho. **No entanto, a questão permanece: o nosso governo vai que ele faça isso?**

Plataforma da CUT para as eleições 2010

"Queremos interferir mais nos destinos da nação", diz diretor financeiro da CUT Vagner de Freitas apresentou para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a plataforma da CUT para as eleições 2010

Confira a entrevista

O que é a plataforma?

É uma série de propostas para a valorização do trabalho, para a participação popular e a um projeto nacional de desenvolvimento.

Com que objetivo?

É dos trabalhadores interferirem de modo ativo em todos os campos onde houver políticas públicas. Queremos colocar a agenda dos trabalhadores no cenário nacional.

Qual o principal foco?

É a valorização do trabalho. Para nós, significa distribuição de renda, geração de trabalho decente, inclusão social e democratização das relações de trabalho.

A plataforma pretende influir no programa dos candidatos?

Não podemos ter dúvida de que nestas eleições presidenciais a disputa é entre o projeto da inclusão contra o da exclusão. Não se trata de apenas uma disputa eleitoral, mas sim de concepções políticas. E a CUT tem obrigação de debater com os trabalhadores qual é o melhor projeto.

Qual é o melhor?

A direção nacional da CUT escolheu apoiar a Dilma. Portanto, queremos contribuir com o seu programa.

A plataforma faz parte da agenda que as centrais sindicais entregarão à pré candidata Dilma Rousseff?

Não! A plataforma é um documento nosso, resultado de debates de nossos congressos e das Jornadas pelo Desenvolvimento. Conceitos do presentes nela farão parte do manifesto que seis centrais entregarão a Dilma dia 1º de junho, no Pacaembu. (*Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 19.05.2010*)

[Leia a Plataforma clicando aqui.](#)

Caças para a FAB

Proposta da Saab é inédita no mundo

Em entrevista, diretora de comunicação da Saab no Brasil, Anne Lewis-Olson, afirma que a produção de peças das aeronaves será concentrada no ABC

Em visita ao jornal ABCD MAIOR, a diretora de comunicação da Saab, Anne Lewis-Olsson, falou sobre a proposta da empresa para a licitação FX-2, pela qual o governo federal pretende comprar 36 caças supersônicos para a renovação da frota da FAB (Força Aérea Brasileira). A indústria sueca disputa o negócio bilionário com a francesa Dassault e a norteamericana Boeing.

O resultado do processo deverá ser anunciado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva nas próximas semanas. Na entrevista exclusiva, Anne fala sobre como seria a transferência de tecnologia sueca para o Brasil.

ABCD Maior -Por que a proposta da SAAB é diferente das outras empresas que concorrem na licitação FX-2?

Anne Lewis-Olsson - Porque traremos um programa de desenvolvimento para o Brasil. É uma parceria que queremos conduzir lado a lado com o País. A transferência de tecnologia é a principal vantagem da nossa proposta. Isso ampliará o desenvolvimento industrial da região que vai receber a tecnologia, no caso, especialmente, o ABCD. A chegada do polo aeronáutico a São Bernardo e de fábricas voltadas para o setor aeroespacial trará mais tecnologia e novos produtos. A presença das indústrias do setor automotivo da Região facilitam ainda mais a transferência de tecnologia, pois as empresas já estão preparadas para recebê-la. É isso que acreditamos que acontecerá. Ao obter o conhecimento tecnológico, o Brasil passará a dominá-lo e, assim, o aplicará conforme as necessidades do País. O retorno é muito maior do que o investimento. Há estudos apontando que este é um setor que promove o retorno financeiro duas vezes e meia maior do que o valor investido.

[Leia a íntegra da entrevista](#)

Acordo Brasil-Irã resolve o impasse nuclear?

Breno Altman

As primeiras reações dos governos ocidentais foram de estupefação. A aposta generalizada de vários líderes era em fracasso na missão a que se propusera o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Não apenas por desacreditarem de sua fórmula, mas principalmente pelos problemas que lhes acarretariam se vingasse a via negociada na tensão com o Irã.

São para deixar com a orelha em pé as desconfianças e resistências exacerbadas com as quais, em certas áreas, foi recebida a assinatura do compromisso de Teerã. Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha – com maior ou menor grau de desenvoltura – preferiram questionar a eficácia do acordo a reconhecer o estabelecimento concreto de novos paradigmas.

Seus porta-vozes recorrem a argumentos frágeis. Um deles é que o Irã não estaria transferindo todo seu estoque de urânio para a Turquia, quando a própria Agência Internacional de Energia Atômica já calculara que a neutralização de 1,2 toneladas do minério seria o suficiente para anular qualquer projeto atômico de caráter militar. No fundamental, os termos do acordo são os mesmos da proposta oferecida por Estados Unidos, Rússia e França há oito meses, pela qual o Irã deveria entregar ao redor de 70% do seu urânio enriquecido a mais de 5%.

As lideranças desses países dão sinais de se sentirem duplamente incomodadas. Antes de mais nada porque sua arrogância imperialista, geneticamente indutora do belicismo, foi suplantada pela intervenção de um líder popular e de esquerda do terceiro mundo. Mas também porque não lhes agrada perder o pretexto nuclear de sua estratégia geopolítica.

Tal como as “armas de destruição em massa” foram senha para a ocupação ilegal do Iraque, o risco do desenvolvimento da bomba é código para enfraquecer e derrotar o único pólo de resistência à hegemonia norte-americana e ao sionismo no Oriente Médio. As principais nações capitalistas ambicionam, além do mais, controlar o petróleo do Golfo Pérsico e a rota marítima do estreito de Ormuz, por onde trafega o óleo da Arábia Saudita, Kuwait e outros países árabes, rumo ao ocidente.

Os senhores da guerra acabaram surpreendidos pela capacidade de articulação do presidente Lula e pela disposição de diálogo do governante iraniano. Até esse último final de semana davam de barato que, mais cedo ou mais tarde, um governo títere acabaria por emergir em um Irã submetido ao sofrimento econômico e à ameaça militar. O líder brasileiro atrapalhou esses planos, ao facilitar um ambiente de negociação justa e soberana.

Mas não deve haver ilusões. Nos próximos dias os chefes políticos das grandes potências farão o que puderem para limar a repercussão positiva do acordo de Teerã, para desacreditá-lo e levá-lo ao fracasso. Ainda que tenham ficarem nus diante da opinião pública, não podem admitir que soluções dessa envergadura sejam adotadas à sua revelia. Contarão com o apoio, nessa empreitada, de grande parte das principais máquinas de comunicação.

A intervenção do presidente Lula, afinal, não é reveladora apenas de talento e carisma. Apresenta-se como a consequência de uma política internacional autônoma que busca fortalecer laços de todos os tipos entre povos e governos encurralados pela ordem unipolar. A relação de franqueza e confiança com os iranianos é produto desse esforço.

Outros líderes que partilham desse ponto de vista também aportaram sua colaboração, como o venezuelano Hugo Chávez, que se empenhou em eliminar as últimas resistências do colega Ahmadinejad a uma saída pactuada. Mesmo a Turquia, integrante da OTAN e aliada próxima dos Estados Unidos, acabou por se juntar ao caminho proposto por Lula.

A formação de alianças fora da órbita imperial, porém, é tudo o que não interessa a Washington e seus subservientes associados europeus. Trata-se de inaceitável desrespeito ao acordo tácito para transição do unilateralismo pós-guerra fria a um multilateralismo circunscrito às nações do G8. A cúpula de Teerã viola os interesses desses centros hegemônicos, que de tudo farão para ressuscitar o impasse nuclear.

O que está em jogo vai além do episódio iraniano. Diz respeito à possibilidade de uma reconfiguração ampla do cenário mundial. O embate, que será duro e encarniçado, apenas subiu de patamar. O Brasil ajudou a dar voz e vez ao sul do planeta. (*Opera Mundi*, 18.05.2010)

Cala a Boca, MacShane!

O deputado trabalhista britânico Denis MacShane publicou no The Wall Street Journal **uma carta aberta** ao presidente Lula onde se diz “profundamente triste” em vê-lo com o presidente Mahmoud Ahminedejad, do Irã.

MacShane invoca o tempo das grandes greves no ABC na década de 70/80, quando conheceu o presidente Lula e apoiou o movimento metalúrgico brasileiro. MacShane, apesar de pertencer ao Sindicato dos jornalistas britânicos, foi diretor da **Federação Internacional dos Metalúrgicos (FITIM)** de 1980 a 1992. Ele diz na carta, estar “exilado” por Margaret Thatcher nesse período.

MacShane fica “profundamente triste” ao ver o presidente Lula com Ahminedejad porque o iraniano é a “incarnação de tudo que nega os direitos humanos, a justiça social e a liberdade que os sindicatos almejam”.

Para MacShane, Ahminedejad preside um regime que “tortura, mata, aprisiona e humilha”. Um regime que “corre para obter uma bomba nuclear”. Um regime que “pediu o extermínio do povo judeu da face da Terra”.

É claro que MacShane não entendeu nada da intenção de Lula e da diplomacia brasileira. Para MacShane pouco importa evitar mais uma guerra no Oriente Médio. E é claro, ele tem o direito à sua opinião. Como amante das guerras, MacShane preocupa-se mais em como realizá-las do que como evitá-las.

Mas **MacShane** não foi apenas diretor da Federação dos Metalúrgicos em outros tempos. Ele foi ministro do governo de Blair (ministro para a América Latina). Um governo que ajudou os Estados Unidos a enganar a população mundial para abrir espaço para a invasão do Iraque. Um governo que participou da invasão do Afeganistão e que colocou as forças da NATO naquele atoleiro do qual não conseguem sair.

MacShane chama, com razão, o regime iraniano de torturador e infrator dos direitos humanos. Mas ele se esquece que o ex-primeiro ministro Blair, seu chefe, está sendo processado na Inglaterra por cumplicidade com as torturas norte-americanas no Iraque. MacShane se esquece que Israel, que ele sempre defendeu com tanto ardor, já tem centenas de bombas nucleares sem que EUA e Grã – Bretanha façam qualquer restrição, é isso o verdadeiro fator de desestabilização do Oriente Médio. MacShane se esquece que Israel mantém uma teocracia semelhante ao regime iraniano, uma democracia de fachada que esconde um regime racista que torna cidadãos de segunda classe os cidadãos não-judeus.

Por isso, o que se pede a MacShane que deixe de usar a solidariedade da FITIM e dos metalúrgicos do mundo às greves do Brasil e do ABC para propagar a política guerreira (e servil aos Estados Unidos) de seu país, de seu partido e de seu governo. Alias, quem lê a carta de MacShane fica com a impressão de que sem ele as greves metalúrgicas do ABC e do Brasil pouco teriam conseguido.

Os povos do mundo, os trabalhadores do mundo, os metalúrgicos do mundo querem Paz. Paz na Terra. Já estamos cansados das aventuras guerreiras sem fim de seu governo, do governo dos Estados Unidos e de tantos outros governos poderosos.

Faça-nos um favor, MacShane: Cale sua boca! (*Guerra à guerra, 18.05.2010*)

Leia também: Viva o Brasil! Viva nossa política externa soberana e independente!